

parado pelos conselheiros Romeu Duarte e Ivone Cordeiro. O conselheiro Augusto Paiva opina que é preciso enxugar colocando um número menor de gestores falando sobre suas experiência e mais tempo para que após cada mesa a platéia possa se posicionar e ocorra o debate de idéias, também pede que envie a minuta por correio eletrônico para todos os conselheiros. Márcio Caetano afirma que é importante haver críticas de pesquisadores das universidades e da sociedade civil. O conselheiro Augusto Paiva concorda que deve haver a presença dos intelectuais. O Coordenador André Aguiar lembra que também deve haver convidados de Sobral, Recife, etc. Márcio Caetano enfatiza que vai haver o Fórum das Capitais proposta da gestão trazer. O Coordenador André Aguiar relembra os encaminhamentos: ENCAMINHAMENTOS: 1. Oficina de capacitação CPHC/SERs: 22, 8-12:00h; 2. Regulamentação ZEPHS (presença imprescindível de Meneleu Neto/SEPLA) Intervenções que a SECULTFOR pretende PD/audiência pública/ Parecer PGM com Osmídio Alencar; 2. Bens Tombados no Guia Cultural com Dalton Moura; 3. Visita do COMPHIC ao bairro Jacarecanga depende da disponibilidade dos conselheiros e da Sociedade dos Amigos de Jacarecanga 4. Cláudio Mota, Sociedade dos Amigos de Jacarecanga, minuta para próxima área a preservar; 5. Museus Comunitários; 6. Seminário Aniversário Fortaleza; 7. Pauta da 26ª reunião: Parecer IMPARH e Santa Casa; Destombamento Cine Messejana e Bar Avião; Apresentação Projetos Museus Comunitários; Solicitação vereador Helder Couto construção no entorno do Paço; Concluídos os trabalhos, a reunião foi considerada encerrada e eu, André Aguiar Nogueira, Secretário do Conselho, lavei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - André Aguiar Nogueira. SECRETARIA MUNICIPAL EXECUTIVO DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Francisco Márcio Caetano de Castro. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Lima. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM) - Antonio Osmídio Alencar. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMAM) - Maria do Socorro Lima. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR) - Euler Sobreira Muniz.**

*** **

ATA DA 26ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC). Às nove horas do dia cinco de abril de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 26ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: André Aguiar Nogueira, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), secretário do COMPHIC de acordo com a Lei nº 9.347/2008; a Secretária de Cultura de Fortaleza Fátima Mesquita e os conselheiros Francisco Veloso, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Helena da Cunha Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Gerônimo Coelho, representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC); Alênio Carlos Noronha de Alencar, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Alexandre Sabino do Nascimento, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB); Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Ilná Diógenes, representante da Secretaria de Cultura do

Estado do Ceará (SECULT). Estiveram ausentes os Conselheiros: Maria do Socorro Lima, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM); Sílvia Márcia Alves Siqueira, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará (OAB-CE). Clélia Monastério, arquiteta, Raimunda Ivoney Rodrigues e Raimundo Gomes Marques, historiadores e os estagiários Felipe Barreira e Joana Guedes todos da SECULTFOR/CPHC. A reunião se inicia com a secretária de cultura do COMPHIC Fátima Mesquita fazendo a apresentação dos dois novos conselheiros que assumem Gerônimo Coelho, representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF) e Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado da (SETUR). Em seguida faz a leitura das pautas a serem discutidas: Informes. 1. Votação do parecer de tombamento IMPARH 2. Votação do parecer de tombamento Santa Casa de Misericórdia 3. Revogação dos Decretos Provisórios dos Processos de Tombamento Bar Avião e Cine Messejana 4. Apresentação dos projetos dos museus comunitários. 5. Solicitação do ex-vereador Helder Couto sobre construção no entorno do Paço Municipal. Inicia-se a apresentação pelos conselheiros Ivone Cordeiro e Augusto Paiva do parecer de tombamento do IMPARH e em seguida a votação do mesmo. A conselheira Clélia Lustosa aprova sem restrição. O conselheiro Euler aprova ainda uma ação contra a a demolição. A conselheira Ilná Diógenes tem restrições em relação ao tombamento do imóvel, pois, em sua opinião não tem uma arquitetura representativa, contudo aprova o seu tombamento. A conselheira Maria do Socorro Câmara aprova plenamente, bem como os conselheiros Augusto Paiva, Alênio Alencar, Helena Lima, Osmídio Alencar, Gerônimo Coelho. O conselheiro Alexandre do Nascimento se abstém e o conselheiro Francisco Veloso recomenda manter os anexos que se conserve imediatamente o restauro por ser do município. Aprovado passa-se a votação da Santa Casa de Misericórdia feito pelos conselheiros Euler Sobreira e Clélia Lustosa que fazem a leitura do parecer. O conselheiro Francisco Veloso destaca a galeria do Salão Nobre apresentando a coleção de pinturas óleo sobre tela dos “mordomos” Raimundo Cella e elevador com porta pantográfica chamar a atenção que estes bens não são mais produzidos hoje. O conselheiro Augusto Paiva lembra a possibilidade de reconhecer a autoria desses quadros em óleo sobre tela, não sendo fácil, mas é possível. Finaliza dizendo que muitas pessoas afirmam que Fortaleza não tem história mas é obrigação nossa demonstrar o contrário e, para isso, ressalta a importância da demarcação do corredor histórico da rua Dr. João Moreira. O conselheiro Francisco Veloso afirma que a rua Dr. João Moreira é um maiores corredores históricos do estado e, que ele vai, além disso, constituindo um quadrilátero. A Presidente Fátima Mesquita sugere o tombamento do conjunto da Santa Casa e a delimitação do corredor histórico da rua Dr. João Moreira o que é aprovado por unanimidade. A Presidente afirma que pretende pedir o tombamento estadual da Santa Casa, porém, ressalta que sendo um bem de propriedade particular os seus responsáveis é que vão tratar de seu restauro, sendo que os órgãos públicos podem e devem ajudar. Solicita aos representantes do IPHAN e da SECULT presentes que as três instâncias aqui representadas possam juntos compor esse sítio histórico da rua Dr. João Moreira. Lembra que Fortaleza pela primeira vez foi reconhecida como patrimônio histórico pelo Plano de Ação das Cidades Históricas PACH/IPHAN. O conselheiro Euler Sobreira lembra da visita do Ministro do Turismo e que considera muito importante se fazer o inventário do Centro de Fortaleza por conta da Copa de 2014. A Presidente Fátima Mesquita defende que só dessa forma é possível dar visibilidade aos bens tomando-os como um conjunto. O conselheiro Alênio Alencar pede um esclarecimento que, segundo ele, não deixa de ser uma provocação sobre o acervo documental da Santa Casa de Misericórdia, mas também de outros bens tombados, se a Instrução de Tombamento indica onde estaria esse acervo, já que este não foi mencionado no Parecer. Para o conselheiro parece que a

instrução ainda permanece somente nessa visão “pedra e cal”. A conselheira Ivone Cordeiro concorda e afirma que os prontuários da Santa Casa constituem um acervo documental valioso para a história da saúde no Ceará. A Presidente Fátima Mesquita afirma que todos os bens são tombados em seu conjunto integral. Sugere também uma pauta para a próxima reunião em que se discuta a abordagem do COMPHIC junto aos bens tombados de propriedade privada, que devemos agir em relação a esses bens e seus conteúdos. O conselheiro Euler Sobreira esclarece que nas Instruções de Tombamento não há nenhuma indicação de acervo documental mas deve se buscar corrigir essa lacuna. A Presidente Fátima Mesquita esclarece que a pauta solicitada pelo ex-vereador Vereador Helder Couto não será apresentada pois o mesmo não compareceu a esta reunião. O coordenador André Aguiar faz a sugestão de inversão de ponto da pauta afirmando que se apresente em primeiro lugar o Projeto Vila do Mar (Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Social) por sua coordenadora Rocicleide Silva que realiza a apresentação. A conselheira Ivone Cordeiro indaga se o Projeto está preocupado em recuperar as técnicas e materiais tradicionais dos pescadores. Rocicleide Silva responde que foi feito um convênio com o LABOMAR e sugere que se organize uma visita do COMPHIC à Vila do Mar. A Presidente Fátima Mesquita lança a proposta de colocar na programação do Seminário de Aniversário de Fortaleza uma visita a Vila, no que é aprovada por todos. O coordenador André Aguiar enfatiza a importância da proposta do Museu Comunitário. O conselheiro Augusto Paiva afirma que acredita que fazer crítica é o seu papel. Esclarece que realizou um estudo durante três anos naquela área que resultou em sua dissertação de mestrado. Lembra que é o terceiro trecho na região entre Leste Oeste, Cristo Redentor sendo a terceira área, as Goiabeiras. Afirma ficar bastante preocupado quando a coordenação do projeto diz que a comunidade está envolvida no projeto Vila do Mar e pergunta qual comunidade, já que existem várias associações de vários bairros na mesma área. Também pede esclarecimentos se, realmente, o projeto é de habitação ou de turismo quando esta é uma questão de urbanismo. Acrescenta que as suas muitas preocupações, são principalmente, Pirambu, Cristo Redentor, Goiabeiras, em ver essa região “rasgada de ponta a ponta” como a Beira Mar e que isso abre espaço para a especulação imobiliária, mas, ainda acrescenta esperar que as ZEPHS possam barrar esse processo de especulação. Finaliza afirmando que considera obrigação sua como arquiteto posicionar-se e que trará a sua dissertação que foi publicada para o COMPHIC: Política Urbana e Participação Popular: o caso das Goiabeiras. O conselheiro Euler Sobreira concorda que a apresentação está trabalhando mais a vertente turística do que a social, mas que em governos anteriores os projetos eram resolvidos nos gabinetes e agora é o contrário, pois se estimula a participação popular. Mas acredita que o projeto não se esgota nisso, pois a questão das identidades o preocupa já que a relação do homem com o mar fica em jogo. Segundo ele se vê que a habitação está em segundo plano. O conselheiro Alexandre do Nascimento afirma que este é um importante projeto para o homem do mar, pode ocorrer a engorda da praia, o que será benéfico para a mesma. No entanto, acha muito importante o que o conselheiro Augusto Paiva falou. Finaliza dizendo que o projeto deve se preocupar pois é quase inexorável que esse espaço venha a ser mais um cobiçado pelos especuladores, lembrando que já se tem indícios desse processo como, por exemplo, o Edifício Cidade, na Jacarecanga. O conselheiro Euler Sobreira pergunta sobre a acessibilidade. Rocicleide Silva diz que o projeto não foi apresentado todo. A arquiteta Clélia Monastério responde que a CPHC acompanhou o projeto e que ele tem acessibilidade. Ao que a Presidente Fátima Mesquita esclarece que ser exigência legal, nenhum projeto hoje é construído sem acessibilidade. Rocicleide Silva afirma que O trabalho social é tão forte quanto o de engenharia e, que, não tem como prever ou não a especulação imobiliária mas foi para isso que foram criadas as ZEPHS do Pirambu. O coordenador André Aguiar apresenta o próximo ponto de pauta com o historiador João Paulo Vieira do

Projeto Historiando que fará a apresentação da proposta dos museus comunitários do Titanzinho e Memorial Vila do Mar que tem como ponto de partida o Patrimônio Cultural, História e Memória Local. O museógrafo Chiquinho Aragão esclarece que esse projeto é muito mais do que museus de bairro, mas, um lugar onde as pessoas podem contar suas histórias. A arquiteta Clélia Monastério esclarece que os museus comunitários foram acompanhadas diretamente pela CPHC. A Presidente Fátima Mesquita lembra que os esclarecimentos poderão ser dados aqui ou por escrito, por correio eletrônico. O conselheiro Augusto Paiva afirma que o Projeto Costa Oeste em linhas gerais tem o mesmo desenho rasgando aquela área. Conta que na época aconteceu um fato histórico onde a população impediu as máquinas de continuarem trabalhando. Diz que resume sua crítica no descompasso existente entre o que é projetado e as necessidades da comunidade e que essa crítica é válida para os arquitetos urbanistas e para os gestores públicos que precisam evoluir. Finaliza afirmando que pode estar enganado mas que o Projeto Vila do Mar não atende a comunidade. A Presidente Fátima Mesquita responde que a fala do conselheiro Augusto Paiva é uma fala de quem ama Fortaleza. Esclarece que essa gestão acolheu acompanhado de alguma forma o projeto e que esse rasgo é diferente, sim, pois tem outra visão. A Presidente afirma que é um local histórico e gostaria o COMPHIC acompanhasse para conhecer, não sabe como seria, mas gostaria que houvesse esse acompanhamento. O conselheiro Euler Sobreira concorda com a visita ao local. O conselheiro Alexandre Nascimento afirma que essa gestão é diferente das demais busca uma construção coletiva. Para ele, a memória coletiva é o aspecto mais importante para agir contra a especulação imobiliária. O coordenador André Aguiar esclarece que o projeto dos museus comunitários não é uma ação isolada, e, sim, uma política maior de patrimônio cultural. **ENCAMINHAMENTOS:** 1. Organização de visita e possível acompanhamento ao projeto Vila do Mar pelo COMPHIC; 2. Pedido do tombamento estadual da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e criação do corredor histórico da Rua Dr. João Moreira em conjunto com SECULT e IPHAN. Concluídos os trabalhos, a reunião foi considerada encerrada e eu, André Aguiar Nogueira, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - André Aguiar Nogueira. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Maria de Fátima Mesquita da Silva. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Lima. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM) - Antonio Osmídio Alencar. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL (AGB) - Alexandre Sabino do Nascimento. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR) - Euler Sobreira Muniz. CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA (CMF) - Gerônimo Coelho. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) - Ivone Cordeiro Barbosa. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT) - Ilná Diógenes.**

*** **

ATA DA 27ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC). Às nove horas do dia sete de junho de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 27ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Maria de Fátima Mesquita da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHIC, de acordo com a Lei nº 9.347/2008;